

UMA ARQUEOLOGIA DOS JORNAIS NEGROS NO BRASIL

JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS*

RESUMO

Neste artigo nos propomos realizar uma “investigação arqueológica”, a qual será possível a partir de duas situações pontuais em que a imprensa negra emergiu: uma, como categoria que visa a aglutinar as experiências dos jornais escritos por negros paulistas no trabalho pioneiro de Roger Bastide; outra, como fonte de pesquisa sobre os jornalistas negros sul-rio-grandenses na pesquisa de Fernando Henrique Cardoso.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa negra; investigação arqueológica; Roger Bastide

ABSTRACT

This study is aimed at carrying out an “archaeological investigation”, made possible from two situations in which the black press emerged: one as a category that aims to bring together the experiences of newspapers written by blacks from Sao Paulo, as the pioneering work of Roger Bastide; another as a source of research on the black journalists in the State of Rio Grande in the research of Fernando Henrique Cardoso.

KEY-WORDS: black press; archaeological research; Roger Bastide

O termo arqueologia assume aqui o sentido definido por Foucault, que propõe que se extrapole a “quimera da origem”, entendida como a busca sem fim do começo e da originalidade do acontecimento, que mascara a descontinuidade e a possibilidade da emergência do discurso e da prática que prefiguram uma categoria¹.

Nesse sentido, a “investigação arqueológica” que proponho é realizada a partir de duas situações pontuais em que a imprensa negra emerge: uma, como categoria que visa a aglutinar as experiências dos jornais escritos por negros paulistas no trabalho pioneiro de Roger Bastide; outra, como fonte de pesquisa sobre os jornalistas negros sul-rio-grandenses na pesquisa de Fernando Henrique Cardoso.

* Doutor em história pela PUC-RS. joseants@hotmail.com

¹ Para maiores informações sobre o método suscitado pela arqueologia foucaultiana, ver: FOUCAULT, 1999 e 1997.

1. IMPRENSA NEGRA: “AUTORRETRATO DO NEGRO POR ELE MESMO”

A expressão entre aspas acima foi registrada por um francês, o que de antemão revela o fato de que o primeiro pesquisador a trabalhar com a imprensa negra brasileira foi um estrangeiro. Roger Bastide publicou *A imprensa negra do Estado de São Paulo*, em 1951, sob o pressuposto de que os jornais representariam as aspirações e os sentimentos coletivos que dariam condições para “discernir a mentalidade de uma raça”². Ele iniciou o texto respondendo a duas críticas que seriam impeditivas para aquele tipo de pesquisa: a primeira, de que os jornais negros não tinham grande tiragem, viviam miseravelmente e duravam pouco; a segunda, de que as publicações representavam muito mais as opiniões e os interesses da “pequena classe média negra” do que as da maioria ou “massa negra”.

Bastide argumentava contra as duas críticas. Pautava a sua defesa nas condições financeiras e materiais dos produtores e receptores dos jornais. Ele entendia que os negros não tinham como manter aquelas publicações por muitos anos em virtude de serem o estrato populacional mais empobrecido de São Paulo. As dificuldades para uma maior periodicidade daqueles periódicos não representariam apenas opiniões divergentes entre os jornalistas e a maioria dos negros, mas um “fenômeno sociológico revelador da psicologia afro-brasileira”. Na busca do entendimento daquele “fenômeno” ele levantou algumas hipóteses sobre a indiferença que visualizava na “massa” imóvel diante das campanhas levadas a cabo pelos redatores de sua própria imprensa. Por outro lado, ele trouxe a contribuição da “pequena classe média negra” (formada por professores, advogados, jornalistas, revisores de provas tipográficas), que havia pouco tempo saíra daquele meio e mostrava-se interessada nos problemas dos negros mais empobrecidos.

Detive-me na explicação de Bastide para refletir sobre a utilização que os pesquisadores brasileiros fizeram da imprensa negra e as maneiras como eles, possivelmente, argumentaram sobre o uso que ele fez daqueles jornais. Nesse sentido, como entender o comportamento daquele grupo de pessoas responsável pela fundação e manutenção dos jornais negros se eles eram pobres, desorganizados e os periódicos não representavam as aspirações da maioria? Essa parecia ser uma

² BASTIDE, 1972, p. 55 (reproduzido de *Estudos Afro-Brasileiros*. Boletim de Sociologia, 2ª série, n. 2 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1951. p. 50-78)

das questões que impediria pesquisas com aquela fonte documental e impulsionava Bastide para a busca de respostas que demonstrasse aspectos contrários àquele senso comum³.

O cerne da sua explicação para a utilidade da imprensa negra como fonte de pesquisa vinha da “representação coletiva” proposta pelos redatores daqueles jornais, que, embora interpretada como “ambivalente”, descrevia uma infinidade de casos cotidianos de preconceitos e discriminações que constituíam um problema social para aquela população. Segundo a conclusão de Bastide, devido a essas “perseguições raciais” e ao empobrecimento contumaz, os negros paulistas não criaram condições sociais e políticas para enfrentar a situação, nem muito menos mecanismos para superar a identidade inferiorizada que construíam sobre si próprios. Teriam originado, isto sim, uma jaula invisível em que se mantinham presos ao se encastelarem nos clubes e associações e se entusiasmarem com as rotinas, valores, histórias e heróis que plasmavam, ao mesmo tempo em que sucumbiam aos desejos da assimilação, da “mistura dos sangue e das culturas”, no caminho contrário ao da formação de uma “consciência racial” independente.

Conforme sabemos, as relações sociais racializadas no Brasil não eram discutidas de forma sistemática até o início dos anos de 1950. Aos “sociólogos uspianos” restou uma parcela grande de responsabilidade pela superação daqueles limites. Roger Bastide foi o principal teórico do que viria a ser reconhecida como “escola paulista de sociologia”, que incluiu o conceito de classe social e renovou aspectos metodológicos importantes para o desenvolvimento das pesquisas sobre as relações raciais no país. Ela inovou ao dar a devida importância às experiências e trajetórias de vida e em buscar o diálogo com os negros paulistas, mas, sobretudo, por iniciar o processo de dessacralização acadêmica do

³ A história dos estudiosos do Velho Mundo que vinham entender e explicar o Brasil para os brasileiros vem desde o início da formação do país. Ferdinand Denis (1798-1890), por exemplo, que esteve no Brasil entre os anos de 1816 e 1819, de volta a Paris, publicou *Resumo da história literária do Brasil*, em 1826. Depois da Independência, em 1822, os brasileiros andavam às voltas para construir a identidade nacional, e as prescrições de um estrangeiro civilizado eram bem-vindas. No primeiro capítulo do seu livro, sob o título de “Considerações gerais que a poesia deve assumir no Novo Mundo”, Denis afirmava que para a literatura tornar-se de fato nacional, escolhida a língua vernácula, deveria tratar das tradições, da natureza, do clima e dos povos formadores. Ele foi um dos primeiros estudiosos a creditar às três “raças tristes” (negro, indígena e branco) o caráter positivo da mestiçagem que se formava no Brasil, embora mantivesse os preconceitos comuns à época. Sobre os negros, ele dizia que eram imaginativos, inconstantes nos sentimentos, crédulos e presos às dores da escravidão que não lhes deixavam pensar o futuro. Cf. DENIS, 1968.

mito da democracia racial brasileira⁴.

Por outro lado, Bastide estava imerso naquele ambiente intelectual e de reivindicações políticas e sociais negras, conhecia os seus principais intelectuais e lideranças, era respeitado no meio negro e havia, inclusive, participado de algumas das suas realizações⁵. Portanto, é difícil entender como um intelectual de tal envergadura e envolvimento social possa ter sucumbido aos estereótipos atribuídos aos negros e definido as dificuldades para a manutenção dos jornais como resultado da “apatia ou consciência passiva” que lhes era comum. A explicação pode ser encontrada na trajetória pessoal de Bastide ou no ambiente intelectual em que vivia, onde boa parte dos pesquisadores teve dificuldades para ultrapassar os limites do que entendiam como uma “patologia social” que se abatera sobre aquele meio, afastando a possibilidade de os representarem a partir de outra perspectiva interpretativa.

O “problema do negro”, instituído depois da Abolição, ao contrário de ser uma questão nacional ou resultado da relação social preconceituosa e hierarquizada estabelecida na sociedade brasileira, continuava sendo atribuído ao próprio negro. Para a resolução do “problema”, parecia não haver saída. O “autorretrato do negro por ele mesmo”, proposto por Bastide, foi reproduzido pelo pesquisador francês quase sempre de forma invertida. Ao se organizarem e buscarem acesso aos direitos garantidos em leis, os negros criavam um problema que não existia; quando fundavam clubes sociais de forma independente ou criavam jornais para tratar das suas questões, eram vistos como autoss segregados; quando tentavam ascender e integrar-se

⁴ Ao trazer alguma informação nova sobre como se formou a “escola paulista de sociologia”, geralmente, os pesquisadores, principalmente os paulistas, voltam ao discurso da reverência aos “sociólogos uspianos”. Nesse sentido, Silva (2010) ressalta o diálogo franco que deve ter havido entre os “pesquisadores brancos” e os “objetos de pesquisa negros” naquela experiência metodológica até então inovadora, que se serviu da história oral, de entrevistas e debates entre intelectuais negros paulistas e “sociólogos uspianos”. O desafio é superar o discurso laudatório dos veneráveis mestres e encontrar teorias, metodologias, mas, principalmente, hermenêuticas, para, a partir do conhecimento que nos legaram, levantar novas reflexões e responder questões que deixaram sem respostas.

⁵ Roger Bastide morou no Brasil de 1938 a 1954, circulou no meio negro brasileiro e conhecia de perto a sua realidade. Nesse período de dezesseis anos, esteve sempre envolvido com temáticas de pesquisa que o aproximavam daquela população. Em 1950, nas teses apresentadas ao I Congresso do Negro Brasileiro, posicionava-se contra os resquícios do determinismo racial do século passado ao afirmar que a criminalidade do “homem de cor paulista” não era devido à raça. Era resultado da estrutura social – industrialização, urbanização e “herança da escravidão” – o que o levava a exortar que “o homem de cor se tornasse cada vez mais ambicioso” e não sucumbisse aos limites da “cooperação harmoniosa das três cores do Brasil de amanhã” (BASTIDE, 1982, p. 247-269).

socialmente, eram representados como assimilados que se renderam aos apelos do branqueamento. Aos olhos do pesquisador estrangeiro, tudo aquilo era uma jaula invisível em que os negros mantinham-se presos; não se vislumbrava a possibilidade de ser também o reflexo da desigualdade econômico-social e da sociedade hierarquizada e racista em que eles buscavam inserir-se.

Na medida em que a população negra não era estudada como o principal componente do povo brasileiro, conforme propôs Guerreiro Ramos, com todas as virtudes e problemas de um povo em formação, o entendimento daquela realidade “ambígua” tornou-se quase incompreensível aos olhos dos pesquisadores. O pai da “escola paulista de sociologia” cometeu mais do que um equívoco metodológico que, aliás, sempre foi o aspecto da pesquisa em que Bastide mais se deteve. Ele teve um deslize hermenêutico ao deixar de reconhecer os negros como sujeitos da sua própria história⁶. Os aspectos negativos que o pesquisador estrangeiro visualizava na população negra paulista tinham como pano de fundo, além da sua própria experiência advinda do país que havia proposto os temas da igualdade, liberdade e fraternidade, também a história combativa do negro norte-americano. A aposta no humanismo ilustrado e liberal do estudioso chocava-se com a realidade das relações raciais conflituosas e a necessidade do empoderamento simbólico do grupo destituído de poder. Os caminhos que os negros brasileiros criavam para a mobilidade social tinham como único objetivo torná-los parte da sociedade que construíam, e não subverter aquela realidade e colocar abaixo a sociedade como era o exemplo que chegava dos Estados Unidos.

Roger Bastide foi o primeiro pesquisador a tirar os jornais negros paulistas do anonimato; trouxe-os para o conhecimento público e dos acadêmicos e deu-lhes o estatuto de documento histórico. Sem dúvida, aos olhos do experiente pesquisador, que citou algumas vezes naquele texto os sociólogos que se detiveram na imprensa negra dos Estados Unidos, os “jornalinhos negros” do Brasil, mesmo com os seus limites, saltavam aos olhos como experiências extraordinárias. Talvez por isso tivesse dificuldades para entendê-los, pelo ineditismo das propostas,

⁶ Elide Rugai Bastos (2002) definiu o que entendemos como “escola sociológica paulista”, que teve no campo das relações raciais a sua principal produção intelectual. Segundo a autora, a ideia de “escola” definiu-se a partir de aspectos que constituiriam uma “unidade metodológica” que utilizava os recursos das entrevistas e a aproximação com os objetos das pesquisas, além de sólida formação teórica que passeava pelos clássicos iluministas, pela psicologia, pela antropologia e pelos autores marxistas. Aspectos técnicos que se consolidaram, principalmente, a partir do esforço intelectual e da orientação pessoal do próprio Roger Bastide. Cf. BASTOS, 2002.

levadas a cabo por pessoas representadas como portadoras de “mentalidade atrasada”, comportamento confuso e desorganizadas, que se mostravam ambivalentes quanto a assumir posições de “classe” e não apenas de “raça”, como ele percebia. Apesar da pequena tiragem e da fragilidade da periodicidade, ele concluía que as finalidades daqueles jornais eram múltiplas, e a utilidade, como fontes de pesquisas, incontestável⁷.

Nessa direção, é interessante questionar como os próprios negros definiam os seus meios de comunicação impressos. Em 1949, por exemplo, os redatores do jornal *Quilombo* falavam do nascimento da “imprensa negra” norte-americana com a publicação do *Freedoms Journal*, em 1827. A partir de então, a luta dos negros pelos direitos civis e contra as violências eram vistas no Brasil como “solidamente apoiadas na vasta rede de jornais e revistas espalhadas por todo o território dos Estados Unidos”. Para comprovar a afirmação, citavam mais de uma dezena de publicações e ressaltavam os exemplos de *Phylon* e *The Crisis*⁸. Este último era um mensário que pode ter sido a principal referência editorial e política para os redatores de *Quilombo*, tanto na estratégia política de interlocução e busca de apoio teórico entre os intelectuais brancos, como em abordar um escopo de atividades culturais como teatro, cinema, literatura, que pareciam distantes do interesse da emergente classe média negra brasileira⁹.

Ainda não temos na historiografia que trata dos jornais dirigidos para os negros brasileiros uma arqueologia que resgate a origem e os significados atribuídos ao longo do tempo ao termo “imprensa negra”. Isso me leva a propor que houve uma influência vinda dos Estados Unidos na definição desse termo para designar um conjunto de

⁷ Naquele texto sobre a imprensa negra paulista, Bastide (1972, p. 78) citava alguns trabalhos sobre “the Afro-American press and its editors” e “negro press in the United States”, publicados desde 1891. Nesse sentido, demonstrava o seu conhecimento da historiografia norte-americana sobre o tema e a importância que as publicações negras tiveram naquela sociedade.

⁸ Cf. “Imprensa negra. *The Crisis*”. *Quilombo*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 5, maio 1949.

⁹ Na verdade, aquele jornal era o *Freedmen’s Journal*, fundado em 1827, em Nova Iorque. A *Phylon*, por sua vez, era uma revista trimestral publicada por W. E. B. Du Bois (1868-1963), naquela época. Já *The Crisis* foi fundada em novembro de 1910, como órgão da Associação Nacional para o Progresso do Povo de Cor (NAACP). Era um mensário ilustrado com variadas colaborações de intelectuais negros e brancos dos Estados Unidos, aliás, como fora a fundação da NAACP. A revista tratava sobre assuntos variados como: teatro, esportes, artes plásticas, literatura, política, sociologia, dirigidos aos negros daquele país. Acredito que essa proposta política e editorial da *The Crisis* tenha sido um exemplo para a fundação do jornal *Quilombo*, no Rio de Janeiro, no final da década de 1940. Essa hipótese nos foi sugerida a partir da leitura do artigo citado. Sobre alguns aspectos da imprensa negra nos Estados Unidos, consultar Franklin e Moss (1989).

periódicos voltados aos problemas da população negra. Roger Bastide foi o pioneiro a sofrer essa influência da literatura norte-americana e pode ser considerado o responsável pela introdução do termo “imprensa negra” no Brasil. Nesse espaço não me cabe resposta definitiva, no entanto sei que houve influência mútua entre a imprensa negra brasileira e a norte-americana desde pelo menos o início do século XX.

A diáspora africana sempre ligou Brasil e Estados Unidos em redes de comunicações que extrapolaram as distâncias. Por se localizarem no centro do comércio escravista no Oceano Atlântico, receberam inicialmente escravizados e, desde o século XIX, emissários abolicionistas, viajantes e fugitivos do regime servil. Os contatos entre os dois países mantiveram-se ao longo do século seguinte, conforme atesta José Correia Leite, que foi um dos informantes para a pesquisa dirigida por Bastide em São Paulo. Segundo suas memórias, ele fez parte de um “grupo garveyista”, dentro do jornal *O Clarim d’Alvorada*. Naquela oportunidade, chegou-se a criar uma coluna com o título de “O mundo negro”, que era justamente o mesmo nome do periódico criado por Marcus Garvey nos Estados Unidos. Ele lembrava também que no início da década de 1920, logo depois da visita de Robert Abott ao Brasil, principal fundador e editor do periódico negro norte-americano *Chicago Defender*, passaram a realizar trocas de exemplares entre os dois jornais¹⁰.

Desde o trabalho pioneiro de Roger Bastide, a imprensa negra de São Paulo tinha sido deixada de lado pelos pesquisadores. No final da década de 1970, a pesquisa de Ferrara (1981) começou a colecionar os jornais dos “homens de cor” paulistas de 1915 a 1963. Foi um levantamento inovador de dezenas de periódicos não exclusivos daquele Estado. Ela trouxe também exemplares do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, para demonstrar as diversas origens sociais e políticas dos jornalistas, o grande número de temáticas e a especial atenção que deram à educação e à moralidade. A pesquisa levantou uma fonte documental – “jornais feitos por negros para negros” – que deu condições de visualizar outro estatuto social para aqueles grupos, formados por intelectuais e lideranças comprometidas com a organização social e as reivindicações políticas de parte da população negra paulista. Muitos deles mantiveram-se organizados em torno dos

¹⁰ José Correia Leite (São Paulo, 1900-1989) foi fundador da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, e o principal responsável, junto com Jayme de Aguiar, pela fundação e manutenção do jornal *O Clarim*, que mudou o nome para *O Clarim d’Alvorada*. Esse periódico foi publicado de 1924 a 1932, e hoje é reconhecido como um dos principais jornais da imprensa negra brasileira (Cf. LEITE, 1992, p. 78).

jornais durante décadas e viveram empenhados na luta pela superação dos limites daquela realidade ainda muito próxima da escravidão¹¹.

A partir de então, a fonte documental privilegiada por uma nova geração de pesquisadores envolvidos com as temáticas do pós-abolição em São Paulo passou a ser a imprensa negra. Eles alargaram os campos de pesquisa para períodos e lugares em que se desconhecia a existência daquelas publicações, como o início do século XIX e o interior do Estado, e avançaram para os séculos seguintes. Desenvolveram estudos nas diversas áreas das ciências humanas e trouxeram uma riqueza de informações de todo tipo que circularam naqueles periódicos¹².

A ideia central que definiu a imprensa negra foi a capacidade dos redatores em tornar os periódicos os principais meios de comunicação e protesto em defesa dos negros. A definição contemporânea de imprensa negra deixa de fora aqueles aspectos que são fundamentais para o entendimento dos jornais publicados nos séculos XIX e XX, que eram voltados para questões centrais naqueles períodos¹³. Vou iniciar essa discussão conceitual com os jornais que são apontados como os primórdios da imprensa negra brasileira. São os casos dos jornais que surgiram no Rio de Janeiro em 1833, como *O Mulato ou O Homem de Cor*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*, assim como o periódico *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, fundado em Recife, em 1876. Naquela categoria de primordiais da imprensa negra brasileira também são citados os jornais *A Pátria – “Órgão dos Homens de Cor”* de São Paulo (1889), *O Progresso – “Órgão dos Homens de Cor”*, também de São Paulo (1899), e, finalmente, o semanário *O Exemplo*, fundado em Porto Alegre em 1892.

Os jornais do Rio de Janeiro, ao que tudo indica, foram fundados por “mulatos livres” na ordem escravista que levantaram a bandeira da discriminação racial para defender os seus próprios direitos, fosse por convicção, oportunismo ou interesse político-partidário. No caso de *O Homem de Cor*, criado em setembro de 1833, que mudou de nome para

¹¹ A imprensa negra tinha sido esquecida como fonte de pesquisa desde o início da década de 1950, mas era conhecida da população negra e usada como exemplo de organização e mobilização social por militantes negros (FERRARA, 1981).

¹² Nesse sentido, ver os seguintes trabalhos: Pires (2006); Silva (1990); Mota (1986); Maciel (1985).

¹³ Muniz Sodré trabalhou com pequenos jornais que, segundo ele, refletiam as “linhas ideológicas e emocionais” do Movimento Negro Unificado no final do século passado. Ele refletiu sobre a categoria de imprensa negra e chegou à conclusão da pertinência do seu uso atual. Nesse sentido, deve ser considerado o período histórico recente em que desapareceram os discursos pedagógicos, as preocupações com o ordenamento familiar e a formação profissional, veiculadas naqueles jornais do século XIX e ainda percebidas nas primeiras décadas do século seguinte (SODRÉ, 1998).

O Mulato ou O Homem de Cor no terceiro número, foi editado em agosto daquele ano por Francisco de Paula Brito, nascido da união de mãe liberta e pai marceneiro, portanto um negro oriundo das classes populares, que viveu no Rio de Janeiro entre os anos de 1809 e 1861, período fértil para as discussões políticas e sociais.

Paula Brito foi o responsável pelo lançamento do jornal naquele universo de crise política em virtude da abdicação de D. Pedro I e de acirradas disputas em torno da cidadania e da identidade brasileira que estavam em discussão. Na época do lançamento do periódico, ele havia iniciado havia pouco mais de dois anos um processo de ascensão social, com a compra de uma gráfica, que era o resultado da carreira iniciada como tipógrafo e que o levaria a ser editor e livreiro renomado na capital do país. *O Mulato ou O Homem de Cor* era parte daquele processo de ascensão individual, mas a publicação representava o esforço para construir um meio de comunicação que defendesse os direitos sociais e políticos de um grupo de negros letrados¹⁴.

Nesse sentido, seguimos a indicação proposta por Pinto (2006), para quem as identificações como “homens de cor, mulatos, pardos, crioulos e cabras” eram denominações possíveis no século XIX. As diversas denominações com as quais se identificavam remetiam às condições sociais e políticas criadas pelo processo escravista. O universo social em que disputavam o acesso a melhores condições de vida era demarcado por caracteres etnorraciais construídos historicamente entre dois grupos específicos – escravos e europeus – e seus descendentes. A diversidade de interesses, de opiniões e de identidades representada naqueles jornais não descaracterizava o exemplo de Paula Brito, entre outros, como um dos fundadores da imprensa negra brasileira. Antes disso, trazia em comum a necessidade de comunicar-se, dar visibilidade aos projetos e desejos de grupos de afro-brasileiros que se aglutinavam ao redor dos jornais. Os objetivos e o público-alvo dos periódicos, embora dispersos na definição de uma identidade étnica, remetiam a uma mesma origem no processo escravocrata.

¹⁴ No caso dos periódicos do Rio de Janeiro, segundo Castro (1969), seria uma “imprensa mulata”, porque deixava de lado questões que diziam respeito à maioria negra, como o final da escravidão, por exemplo, para investir em problemas de um grupo específico. “Mulato” era um termo que denotava o afrodescendente que havia galgado melhores condições sociais e buscava organizar-se como grupo na defesa dos seus próprios interesses. Nesse caso, ele reivindicava o acesso aos postos mais elevados da vida pública carioca.

2. “NA PENA TOSCA DOS JORNALISTAS NEGROS” DO BRASIL MERIDIONAL

O sociólogo e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso foi um dos primeiros pesquisadores a utilizar a imprensa negra sul-rio-grandense como fonte de pesquisa no nosso Estado. Nesse aspecto, façamos justiça ao seu trabalho de pesquisa com a coleção do jornal *O Exemplo*, de dezembro de 1892 a dezembro de 1894, com a qual elaborou o texto “O negro na sociedade de classes em formação”, título do último capítulo de sua tese de doutorado¹⁵. Ele avançou sobre os limites definidos pelo 13 de maio de 1888, mas não conseguiu escapar aos estereótipos da documentação utilizada nos capítulos anteriores do seu trabalho (leis, relatórios, jornais e revistas), produzida pela elite intelectual e administrativa do Rio Grande do Sul. Ao se deparar com um grupo de negros letrados na capital do Estado, organizados em torno d’*O Exemplo* e buscando alternativas para a mobilidade social, ele se manteve preso ao pressuposto da “consciência passiva” da maioria da população negra. Cardoso chegou a essa conclusão ao examinar o regime servil em quase todo o livro e definir como passividade a dificuldade que visualizava nos negros letrados porto-alegrenses para a superação dos limites na busca pela integração social no final da escravidão.

Segundo a compreensão de Cardoso (1977, p. 247), no período pós-abolição o processo de integração à ordem social capitalista que se formava legou ao negro livre apenas duas opções:

[...] continuar trabalhando nas mesmas condições que antes, com o *status* formal de cidadão, ou reagir a tudo o que o trabalho desqualificado pela escravidão significava, passando a viver na ociosidade e no desregramento. Foi essa a alternativa que os brancos criaram para os negros.

Naquela sociedade complexa que se formava, devido à urbanização, à industrialização crescente e à competição pelo acesso ao mercado de trabalho com os imigrantes, as alternativas que restaram

¹⁵ Fernando Henrique Cardoso pesquisou alguns exemplares do jornal *O Exemplo* alertado, provavelmente por Roger Bastide e Florestan Fernandes, que já tinham trabalhado com a imprensa negra paulista na década de 1950. O título do seu capítulo era, aliás, muito próximo do título do livro publicado por Florestan, *A integração do negro na sociedade de classes*, em 1964. Florestan era seu orientador e havia se detido na imprensa negra de São Paulo para a pesquisa de livre-docência defendida na Universidade de São Paulo naquele ano. Citação no texto conforme Cardoso (1977, p. 239).

aos negros eram mínimas. Eles podiam reconhecer-se como proletários e aproximar-se da classe operária ou revoltar-se contra a ideologia do grupo social dominante e tornar-se marginais, desviantes, condenados à miséria e à imoralidade.

Cardoso logo percebeu, alertado pelo trabalho de Costa Pinto (1953), que havia chegado a essa conclusão no Rio de Janeiro, que o resultado daquele processo foi a estratificação classista no interior da população de cor, ou seja, existiriam outras alternativas aos negros no processo de integração social pós-escravidão. Uma parte da “massa negra” de Porto Alegre havia sido integrada ao proletariado, enquanto uma minoria era promovida à classe média urbana. Essa parcela populacional era submetida ao “ideal do branqueamento” e sucumbia ao estímulo à “ideologia de compromissos”, segundo ele, cada vez mais distanciada das agruras dos seus “irmãos de infortúnio”¹⁶.

Conforme a interpretação de Cardoso, restava aos negros inserirem-se na sociedade a partir de posições subalternizadas, como operários ou lacaios da elite. O xeque-mate proposto por ele deixava apenas duas opções: juntar-se aos operários e filiar-se à classe socialmente desfavorecida, mas organizada, contra os interesses dos detentores dos meios de produção, ou compor a classe dominante e distanciar-se da sua origem. Ambas as alternativas reduziram a perspectiva de integração imediata à “comunidade nacional” na condição de pessoas que pudessem fazer escolhas, embora ele percebesse que o preconceito e a discriminação eram mecanismos importantes que dificultavam aos negros integrarem-se socialmente.

Segundo a compreensão dos sociólogos daquela época, a “anomia social” e a “alienação” eram dois processos prévios que os escravizados e seus descendentes deveriam passar antes de serem integrados na sociedade de classes. Nesse sentido, logo depois da escravidão e em decorrência desta, os pesquisadores deveriam estar atentos para o quadro descrito como típico de “anomia social”, em que os negros negavam-se a compactuar com a sociedade que os escravizou. Eles afastavam-se do trabalho e de qualquer envolvimento social ou político, e optavam por ficar jogados à própria sorte e

¹⁶ Assim como o doutorado de Cardoso, a pesquisa de Fernandes e Bastide (1955) fazia parte de um conjunto de pesquisas, realizadas entre o ano de 1955 e a década de 1960. Esses trabalhos davam continuidade às pesquisas patrocinadas pela Unesco, que já haviam identificado algumas divisões sociais no interior da população negra. Por exemplo, o trabalho de Costa Pinto (1953) sobre a população negra do Rio de Janeiro demonstrou as clivagens sociais que separariam em termos de objetivos políticos a “elite negra” da “massa negra”. Esse foi o principal motivo pelo qual Costa Pinto foi questionado pelos intelectuais envolvidos com a população negra.

marginalizar-se até o ponto de tomar consciência da situação em que viviam e voltar ao convívio social. A “anomia social” era um recurso teórico para descrever, geralmente, os negros empobrecidos e desorganizados socialmente que ficaram nas margens da sociedade capitalista.

No processo conhecido como “alienação”, os sociólogos preocupavam-se com os negros que ascendiam socialmente e, segundo eles, começavam a “macaquear” os hábitos e os costumes da “pequena burguesia branca” a que tinham acesso. Esse processo também era descrito como “branqueamento”, tomado como um arrebatamento comportamental e estético por tudo o que era representado como europeu e civilizado. Nesse caso, a maioria dos negros, descritos como “mulatos letrados”, afastavam-se de qualquer origem africana ou afro-brasileira e apenas alguns tomavam consciência dessa condição de alienados da sua origem e retornavam ao meio negro para liderar o processo de defesa dos seus interesses¹⁷.

As dificuldades de integração social dos negros deviam-se, por um lado, aos estereótipos atribuídos pela sociedade que impediam as disputas em condições de igualdade, principalmente com os imigrantes; e por outro lado, aos efeitos psicológicos deletérios do preconceito racial naquele meio, em que os negros assumiam aspectos negativos das representações que a sociedade criava a partir da cultura expressa pelos negros empobrecidos. Cardoso estava imerso no meio intelectual da época e, da mesma forma que Bastide, parecia não acreditar no que via no jornal *O Exemplo*. Nas notas de rodapé do seu texto, ele constantemente revia os conceitos que havia utilizado para compreender aquela realidade que analisava nos jornais e ratificava nas entrevistas¹⁸.

¹⁷ Ao que parece, o uso das ideias-conceitos “alienação” e “anomia” no meio acadêmico brasileiro vinha desde a obra do antropólogo Arthur Ramos (1903-1949), que tivera forte influência da psiquiatria e da psicologia social na tentativa de compreender a constituição do inconsciente dos negros e a sua contribuição para a cultura brasileira. Nesse sentido, ver Campos (2004). Essas categorias também foram usadas por Fernandes e Bastide (1955), em obra que foi resultado da pesquisa para a Unesco, reeditada em 1971, na qual as ideias mantiveram-se e foram reproduzidas por outros pesquisadores até o final da década.

¹⁸ Nesse sentido, o conceito de “casta”, sorvido em largos goles que vinham dos teóricos norte-americanos e de Max Weber, foi um dos que mais sofreu revisões que o aproximavam e o distanciavam da compreensão que tinha sobre “classe”. O conceito de casta prestava-se, por um lado, porque os negros carregavam uma marca de origem como o sistema de castas hindu, que os distinguia como inferiores no acesso aos privilégios e oportunidades, bem como nos deveres e obrigações diante dos brancos. Por outro lado, era um problema teórico, pois as regras de endogamia não serviam para o nosso caso, em que o cruzamento inter-racial forçado com as escravas foi inicialmente tolerado e

Na “pena tosca dos jornalistas negros” ele teve conhecimento de um “processo complexo e contraditório” que deu início à “ideologia racista antirracista” proposta pela “burguesia negra” de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que comungava com a ideologia da sociedade sem preconceitos. Segundo Cardoso (1977, p. 260), a análise da coleção de *O Exemplo*, evidenciou que houve o início da formulação de uma ideologia “racista antirracista”, da mesma maneira como houve tentativas de explicar a situação do negro de conformidade com o ideal de “sociedade sem preconceitos” defendido pelos brancos. Nesse último caso, que foi o tono [sic] provavelmente dominante no esforço de autocompreensão desenvolvido pelos negros, as limitações impostas pela alienação inicial forçaram o negro a mover-se no “mundo das aparências”.

A “ideologia do racismo antirracista” foi desenvolvida por Fernando Henrique como “ideologia da negritude”, conforme as ideias que estiveram em voga nas décadas de 1950 e 1960¹⁹. Era a afirmação orgulhosa do negro como grupo etnorracial definido, socialmente organizado e culturalmente homogêneo, proposta por intelectuais negros de São Paulo e do Rio de Janeiro que vinham estabelecendo contatos com o movimento da negritude desde a década de 1930. Esse movimento cultural havia nascido na França, em 1934, quando estudantes africanos e da diáspora reuniram-se para afirmar o legado cultural negro-africano e rejeitar a assimilação e a ideia do negro pacífico e incapaz de construir uma civilização.

Segundo Cardoso, o “racismo antirracista” dos jornalistas negros não era segregacionista ou propriamente racista. O principal objetivo era posicionar-se contra a acomodação nos moldes propostos pela “democracia racial” e criar uma identidade étnica que servisse de instrumento político para a conquista de melhores condições sociais. Eles se voltaram para a ressocialização da vida em liberdade e se organizaram entorno do jornal para superar as condições morais e materiais bastante precárias em que se encontrava a maioria da população negra. Esses objetivos foram conquistados apenas por uma “pequena burguesia negra” que se submeteu ao “ideal da branquidade”

protegido pelo patriarcalismo, e depois incentivado pelo Estado por meio da miscigenação e da ideologia do branqueamento. Para sanar as lacunas teóricas frente à riqueza das fontes, Cardoso (1977, p. 266) afirmou: “Apenas, cabe fazer, como fiz, a ressalva de que o sistema de valores da sociedade de castas brasileira apresenta inconsistências culturais típicas”.

¹⁹ Para a definição do que entendia por “ideologia da negritude”, ver Cardoso (1977, p. 268).

e à caricatura da conduta dos brancos, mostrando-se pouco fiel às necessidades de sua “raça”. A ilusão fundamental estava no entendimento de que seriam respeitados em função da nova condição adquirida como letrados em franca ascensão social. O engodo desfez-se quando se defrontaram com as barreiras sociais que eram postas de forma continuada naqueles percursos.

Os negros letrados que se mantiveram ao redor do jornal *O Exemplo* criaram alternativas ao xeque-mate proposto por ele para fugir ao processo de “alienação”. Alguns intelectuais negros tomaram de empréstimo a “ideologia do branqueamento”, aqui entendida como formas ideais de entendimento da realidade a partir de representações de matriz europeia, refletidas no pensamento, no comportamento, na estética e na vestimenta, para circularem, integrarem-se e tornarem-se respeitados na sociedade²⁰. Eles criaram outras possibilidades de aceitação social, via capacitação intelectual, conversão ao catolicismo, vinculação partidária, que lhes possibilitou buscar o acesso aos empregos públicos e superar as barreiras do preconceito. Nesse sentido, alguns negros alcançaram, por meio do diálogo e do respeito mútuo, certa acomodação das tensões raciais e a superação daquelas possibilidades apontadas por Cardoso.

A interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, que poderia implicar a perda do *ethos* de matriz africana, tornou-se uma estratégia para a mobilidade e a integração social. Esse processo foi exteriorizado por meio da liderança que a elite negra exerceu para a construção de clubes, jornais e associações culturais, e na aproximação e defesa do que se consolidaria como cultura afro-brasileira. Como os caminhos para a mobilidade vertical eram restritos e regulados por grupos dominantes, os redatores da imprensa negra voltaram-se para a mobilidade horizontal e vincularam-se aos negros mais empobrecidos como forma de obter prestígio e legitimar as suas

²⁰ A “teoria do branqueamento” vem sendo usada como categoria explicativa no Brasil desde o final do século XIX. Nesse sentido, no início do século XX, recebeu a chancela científica dos censos oficiais e das previsões estatísticas que afirmavam que o país passava por um processo de “clareamento” da cor da pele da população. Além do Brasil, o branqueamento foi um projeto político da maioria dos governos da América Latina, que acreditavam que os europeus eram superiores biológica e culturalmente aos africanos e aos indígenas que habitavam o Novo Mundo. A política levou o México, a Argentina, o Chile, o Uruguai e o Paraguai, assim como alguns países do Caribe (Porto Rico, República Dominicana, Jamaica e Cuba) a desenvolver ações públicas para branquear o seu povo. Segundo a teoria do branqueamento, a miscigenação tornaria as pessoas mais claras, processo que era incentivado pelo cruzamento racial, pela imigração de europeus e pela política de proibição da imigração dos não-brancos, oriundos dos continentes africano e asiático. Cf. DOMINGUES, 2004.

conquistas. A formulação da “ideologia racista antirracista” interpretada por Cardoso nas páginas do jornal *O Exemplo* reveste-se, no meu entendimento, em proposta política com o objetivo de organizar os negros para superar os preconceitos e integrarem-se socialmente. O princípio político contra-hegemônico dos jornalistas negros só foi mais bem compreendido por ele quando se aproximou da imprensa negra, fonte de pesquisa privilegiada para a construção interpretativa de uma outra história do negro no Rio Grande do Sul.

Os descendentes da diáspora africana no Brasil passaram a identificar-se como negros, sobretudo ao longo das primeiras décadas do século XX. Os redatores dos periódicos buscavam criar o senso de solidariedade necessário para a fundação do jornal e, logo em seguida, encaminhar uma luta comum em prol da educação e da superação dos complexos e estereótipos que os inferiorizavam na busca da mobilidade social.

As publicações nasciam a partir da iniciativa de duas ou mais pessoas, geralmente vinculadas a associações culturais ou de auxílio mútuo, para as quais logo se tornavam órgãos de defesa e comunicação. O caráter ideológico veiculado preocupava-se em superestimar a capacidade criativa e de organização dos negros e em moralizar aqueles que consideravam desviantes. No cumprimento desses objetivos, faziam a apologia daquelas trajetórias individuais que haviam triunfado, com o uso recorrente dos exemplos dos abolicionistas, advogados, jornalistas, atletas, músicos, escritores e artistas negros.

Os periódicos que compõem o que entendo como imprensa negra, até as primeiras décadas do século XX, davam destaque para as questões educativas do meio negro e tinham viés moralizador nos seus artigos. O uso de bebidas alcoólicas em exagero, as “irresponsabilidades” na educação dos filhos, as brigas e ofensas pessoais, a vida errante e sem trabalho, enfim, toda postura que destoasse das prescrições do que a sociedade entendia como “bom comportamento” era severamente criticada pelos articulistas. Aqueles periódicos tornaram-se uma imprensa alternativa aos jornais de grande circulação, uma vez que os negros não se viam representados nas suas páginas. Eles faziam uso das suas próprias folhas para divulgar as festas, casamentos, aniversários, batizados, nascimentos, mortes, situações de discriminação e preconceito, assuntos políticos e sociais de interesse do público a que eram dirigidos. Os jornais eram produzidos por uma minoria de negros alfabetizados, geralmente mais bem posicionados na hierarquia social, mas que expressavam os desejos e as aspirações daquela parcela da população que diziam representar.

Os usos acadêmicos e políticos que fizeram alguns pesquisadores

da imprensa negra, no sentido de afirmar a capacidade intelectual e organizativa dos negros, comprovaram a legitimidade desses jornais como fonte de pesquisa. Por um lado, isso resultou em eficácia política para alavancar a iniciativa da fundação de uma plêiade de jornais desse tipo em todo o país; por outro, despertou o interesse dos pesquisadores para a existência de periódicos fundados por negros em outras cidades, além das paulistas, espalhados pelo país²¹.

A imprensa negra é uma expressão-conceito que atualmente abarca uma infinidade de publicações, não mais restritas aos meios impressos, mas que se diluem em aparelhos eletrônicos e se reproduzem através de sinais digitalizados. A principal identificação que une essa diversidade dos meios de comunicação é estar voltada para as reivindicações da população negra e ser produzida por pessoas que se identificam com esse meio.

²¹ Recentemente tomei conhecimento da publicação do *Nosso Jornal*, que foi resultado da iniciativa dos estudantes da Universidade de Brasília e fundado em defesa das políticas de ações afirmativas daquela universidade. Eles se representavam como acadêmicos oriundos das diversas áreas do conhecimento e dos níveis de graduação, mestrado e doutorado. Também demonstravam no editorial que eram portadores de conhecimentos apropriados sobre os jornais da imprensa negra paulista. Inclusive o título que usavam de *Nosso Jornal* fazia referência ao periódico homônimo, publicado em Piracicaba (SP) de 1957 a 1961. Nesse sentido, faziam uso político de uma tradição fundada na história da imprensa negra brasileira, que é o recurso retórico de colocar-se no interior dela, ou seja, fazer a reverência mais do que a referência de que eram tributários das experiências anteriores (Cf. *Nosso Jornal*, Brasília, 1ª ed., n.1, nov. 2009).

REFERÊNCIAS

- BASTIDE, Roger. A criminalidade negra no Estado de São Paulo. In: NASCIMENTO, Abdias do. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 247-269.
- _____. A imprensa negra do estado de São Paulo. In: _____. *O negro na imprensa e na literatura*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP, 1972.
- BASTOS, Elide R. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira, (1970-2002)*. São Paulo: Sumaré; Brasília: Capes, 2002.
- CASTRO, Jeanne Berrence de. A imprensa mulata. In: MACHADO, José. (Org.). *Quando a imprensa é notícia*. Rio de Janeiro: Temário, 1969.
- DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2004.
- FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955.
- FERRARA, Miriam N. *A imprensa negra paulista, 1915-1963*. São Paulo, 1981. Dissertação [Mestrado em Sociologia] – FFLCH/USP.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- FRANKLIN, John Hope; MOSS JR., Alfred A. *Da escravidão à liberdade: a história do negro norte-americano*. Rio de Janeiro: Ed. Nórdica, 1989.
- GONDIN, Eunice Ribeiro. *Vida e obra de Paula Brito: iniciador do movimento editorial no Rio de Janeiro (1809-1861)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.
- LEITE, José C. *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- MACIEL, Cleber da S. *Discriminações raciais: negros em Campinas, 1888-1921*. Campinas, 1985. Dissertação [Mestrado em História] – Unicamp.
- MOTTA, Ubirajara D. da. *Jornegro: um projeto de comunicação afro-brasileira*. São Bernardo do Campo, 1986. Dissertação [Mestrado em Comunicação Social] – Instituto Metodista de Ensino Superior.
- PINTO, Ana F. M. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- _____. *De pele escura a tinta fresca: a imprensa negra no século XIX*. Brasília, 2006. Dissertação [Mestrado em História] – UnB.
- PINTO, Luiz de Aguiar C. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.
- PIRES, Antônio L. C. Simões. *As associações dos homens de cor e a imprensa negra paulista: movimentos negros, cultura e política no Brasil republicano, 1915 a 1945*. Belo Horizonte: Ed. Daliana, 2006.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.

SILVA, José C. G. da. *Os suburbanos e a outra face da cidade – negros em São Paulo, 1900-1930: cotidiano, lazer e cidadania*. Campinas, 1990. Dissertação [Mestrado em Antropologia] – Unicamp.

SILVA, Mário Augusto M. da. Relações entre ativistas negros e sociólogos uspianos, anos 1950 e 1960. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 2. *Anais...* Curitiba, UFPR, 15 a 17 set. 2010.